



ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A PIME 2025

1. IDENTIFICAÇÃO DA REUNIÃO

| | |
|--------------------------|---|
| Identificador/Tema | Audiência Pública sobre a PIME 2025 |
| Data | 06/06/2024 |
| Horário (início/término) | 14h20 |
| Tipo | Híbrida |
| Local | Sala do Tribunal do Pleno TRT-6 com mediação pelo YouTube |

2. PARTICIPANTES

| | Nome | Atividade/Cargo |
|----|---------------------------------------|-------------------------------|
| 1 | Rafael Val Nogueira | Juiz do Trabalho |
| 2 | Luiz Eduardo Moura de Oliveira | Técnico Judiciário |
| 3 | Samantha Alexandre de Barros | Técnica Judiciária |
| 4 | João Lucas Clemente dos Santos | Estagiário |
| 5 | Mancinelli Faustino Vila Nova | Técnico Judiciário |
| 6 | Roberta Mariz | Fotógrafa |
| 7 | Livia Maria Cruz Mota | Técnica Judiciária |
| 8 | Sandra Almeida | Técnica Judiciária |
| 9 | Alexsandra Monteiro | Analista Judiciária |
| 10 | Aline Mabel Monteiro Tavares | Analista Judiciária |
| 11 | Kleber Nole dos Santos | Técnico Judiciário |
| 12 | Felipe Cesar Bosco Miranda | Técnico Judiciário |
| 13 | Sergio Ricardo Mello | Técnico Judiciário |
| 14 | Wlademir de Souza | Técnico Judiciário |
| 15 | Antiógenes Carneiro | Técnico Judiciário |
| 16 | Adriana Satou Lessa Ferreira Pinheiro | Juíza Auxiliar da Presidência |
| 17 | Humberto Gomes | Técnico Judiciário |

| | | |
|----|---------------------------------|-----------------------------|
| 18 | Ana Paula da Costa Barros Monte | Técnica Judiciária |
| 19 | Lorena Abdon Pinto Rodrigues | Técnica Judiciária |
| 20 | Cristina Callou | Juíza da 20ª Vara do Recife |
| 21 | Juliana Maria Venceslau | Técnica Judiciária |
| 22 | Nise Pedroso | Presidente do TRT-6 |
| 23 | Luciana von Sohsten | Técnica Judiciária |

3. PARTICIPANTES - CANAL TRT6 - YOUTUBE

| | Nome | Atividade/Cargo |
|----|--------------------------------------|-----------------------------------|
| 1 | Adriana Maria Leal Lina | Outros órgãos públicos |
| 2 | Anna Terra Oliveira Miranda | Profissional de comunicação |
| 3 | Bárbara ferreira Fragoso Calheiros | Servidora da Justiça do Trabalho |
| 4 | Bruna Pacheco de Lima | Empresário |
| 5 | Camone Cristiane Zanghelini | Servidora da Justiça do Trabalho |
| 6 | Carla Lopes Moreira Nunes | Outros órgãos do Poder Judiciário |
| 7 | Celia Maria Pereira Fedele | Outros órgãos públicos |
| 8 | Cibele Cunha Gonzaga | Outros órgãos públicos |
| 9 | Daniele Ferreira | Servidora da Justiça do Trabalho |
| 10 | Fernanda Linhares dos Santos | Servidora da Justiça do Trabalho |
| 11 | Filipe Gustavo Ciolfi Guerrero | Servidor da Justiça do Trabalho |
| 12 | Gilmar de Santana Santos | Servidor da Justiça do Trabalho |
| 13 | Jéssica Bezerra Carvalho | Estudante |
| 14 | João Paulo Caldas Campello | Gestor de Segurança da Informação |
| 15 | Juliana Ferreira Rebouças | Servidora da Justiça do Trabalho |
| 16 | Karine Cavalcanti de Melo | Servidora da Justiça do Trabalho |
| 17 | Laís Sampaio Parente | Servidora da Justiça do Trabalho |
| 18 | Leticia Fernandez Duarte | Servidora da Justiça do Trabalho |
| 19 | Lucca Verissimo | Estudante |
| 20 | Luciana de Andrade Lima Hazin Lamego | Outros órgãos do Poder Judiciário |
| 21 | Luiz Eduardo Moura de Oliveira Filho | Engenheiro |

| | | |
|----|--------------------------------------|----------------------------------|
| 22 | Márcio José Pinto da Silva | Servidor da Justiça do Trabalho |
| 23 | Marcos Christiano de Arruda Falcão | Servidor da Justiça do Trabalho |
| 24 | Maria Isabel Montarroyos Vasconcelos | Outros órgãos públicos |
| 25 | Mayara Verissimo | Estudante |
| 26 | Mércia Maria Martins de Moraes | Outros órgãos públicos |
| 27 | Paula Macedo Mestre Machado | Servidora da Justiça do Trabalho |
| 28 | Pedro Ivo Lima Nascimento | Magistrado do Trabalho |
| 29 | Rafaela Simoes Fernandes Duque | Servidora da Justiça do Trabalho |
| 30 | Renata Conceição Nóbrega Santos | Magistrada do Trabalho |
| 31 | Savana Silva de Souza | Estagiário |
| 32 | Silvio Britto Santos | Servidor da Justiça do Trabalho |
| 33 | Tatiane Centeno Prestes | Servidora da Justiça do Trabalho |
| 34 | Xalise Bianchini Thiele | Servidora da Justiça do Trabalho |
| 35 | Ygor César Lima de Oliveira | Outros órgãos públicos |

4. RESUMO DE PARTICIPAÇÃO

| | Participação | Quantitativo |
|----|------------------------------------|--------------|
| 01 | Sociedade | 18 |
| 02 | Magistrados e magistradas do TRT-6 | 06 |
| 03 | Servidores e servidoras do TRT-6 | 34 |

5. DESENVOLVIMENTO

A Audiência Pública teve início às 14h20 na sala de sessões do Tribunal Pleno do TRT-6 com transmissão e mediação também pelo canal do TRT-6 no YouTube.

A Desembargadora Presidente Nise Pedroso Lins de Sousa abriu a Audiência Pública, agradeceu a presença dos(as) participantes e passou a palavra para Luciana Hazin, diretora da Secretaria de Governança e Gestão Estratégica (SEGGEST) responsável pela coordenação da audiência.

Luciana iniciou explicando o objetivo da Audiência Pública sobre as Metas Nacionais do Poder Judiciário para 2025 e a importância da participação da sociedade, servidores e magistrados no processo participativo para a formulação das metas.

A diretora da SEGGEST informa que ao final da apresentação, abrirá espaço para manifestação direta dos(as) participantes presentes ou por mediação - para quem está no

YouTube - ou ainda, por preenchimento de formulários de opinião/sugestão para todos os participantes.

Luciana apresentou os normativos que regulamentam o processo participativo, ressaltou que as metas nacionais são compromissos anuais dos órgãos do Poder Judiciário para melhorar a prestação jurisdicional à sociedade, e como o CNJ monitora mensalmente o cumprimento das metas por meio dos indicadores de desempenho.

Houve a apresentação do vídeo explicativo do CNJ sobre o processo de elaboração das metas - os desafios, o processo de debate e formulação e a análise final pelo CNJ.

Luciana passou a palavra a Luiz Eduardo, chefe da Coordenadoria de Estatística e Pesquisa (CEP), para apresentar o desempenho do TRT-6 para dar referência acerca da proposta de elaboração das metas para 2025.

Luiz Eduardo menciona que a Estratégia Nacional do Poder Judiciário que está em vigor, não permite alterar a Meta 1 - Julgar mais processos que os distribuídos, e apenas revisar os percentuais e períodos de referência da Meta 2. Explica que o foco principal dessas duas metas é, respectivamente, a prevenção da formação de estoques e a redução de passivo processual.

Durante a explanação foi detalhado que o processo participativo contribuiu para a modificação da segunda parte da Meta 2 de 2024, uma vez que a proposta do CNJ era julgar 100% dos processos distribuídos até quatro anos ou mais, e a Justiça do Trabalho conseguiu baixar a meta para 98%, de forma a ficar mais factível o seu cumprimento.

Sobre a Meta 3, há possibilidade de revisar essa meta, que sempre vem com cláusula de barreira, mas o TRT-6 tem um histórico de sempre cumprir essa meta com folga, tanto pelo crescimento das conciliações, quanto pela cláusula de barreira.

Em relação à Meta 5, é uma meta que foca nos processos baixados. A quantidade de processos baixados é variável de indicador utilizado para o cálculo do IPC-Jus que auxilia na definição de lotação paradigma de unidades judiciárias, criação de cargos, índice de produtividade de servidores, entre outros.

Sobre as metas não judiciárias, Luciana explana sobre a Meta 9 e sua relação com a temática da inovação ao longo dos últimos anos, mas ela pode, e deve ser revista, para se tornar mais desafiadora.

Em relação à Meta 11, o TRT-6 também sempre se destaca pois já é cultural promover ações que visem o combate ao trabalho infantil e que estimule à aprendizagem e o desafio é como torna-la mais desafiadora.

Por fim, Luciana explana sobre a Meta Específica da Justiça do Trabalho que é

promover a saúde de magistrados e servidores do Tribunal. É um grande desafio para o Tribunal cumprir essa meta anualmente pela falta de adesão de magistrados(as) e servidores(as) em concluir os exames periódicos.

Antes de abrir espaço para manifestação, Luciana destacou a criação do Robô AIR2 pelo LIODS-TRT6 que trouxe benefícios diretos à sociedade com a redução de tempo de tramitação dos processos com agravo de instrumento em recurso de revista, redução de falha humana, melhora na saúde do servidor evitando movimentos repetitivos. Como destaque também, foi mencionado o projeto da EJud-6 e Coordenadoria de Comunicação Social sobre a Linguagem Simples, inclusive com cartilha disponibilizada para o público no portal do TRT-6.

Luciana von Söhsten e a magistrada Adriana Satou ressaltaram o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Tribunal sobre a linguagem Simples. A magistrada lembrou da importância da Consulta Cidadão que está disponível para consultas processuais no portal do TRT-6.

A presidente do Tribunal convida todos e todas a participarem do lançamento do Cordel: A linguagem da Justiça sem pantim nem arroteio no dia 17/06, a partir das 12h na sala de sessões do Tribunal Pleno.

Pelo canal do YouTube, a Sra Mércia Moraes agradece a oportunidade do acesso às informações acerca de como se constrói as metas, e que é uma forma de conexão com a sociedade, além de elogiar a iniciativa de explicar o processo judicial por meio de cordel.

Pelo Youtube, a Sra Ana Terra parabeniza acerca do projeto da Linguagem Simples - diz que a comunicação popular é revolucionária - e solicita maiores informações sobre por quem está sendo desenvolvido no Tribunal. Foi informado que se trata de um projeto conjunto da Escola Judicial do TRT-6 e da Coordenadoria de Comunicação Social.

A magistrada Renata Nóbrega ressaltou a importância do planejamento estratégico que acompanha o processo de construção das metas do Poder Judiciário.

Luciana abriu o debate das novas temáticas do CNJ:

1. Sustentabilidade e Poder Judiciário: a responsabilidade com o futuro;
2. A linguagem simples

Luciana Hazin solicitou a todos que participem da Consulta Pública coordenada pelo CSJT que está disponível até o dia 09/06. Foi disponibilizado QR Code, link de acesso e a informação de que a consulta pode ser acessada no portal e nas redes sociais do TRT-6. E concluiu informando que os dados obtidos com os formulários preenchidos durante a audiência serão compilados e, junto com o resultado da Consulta Pública, analisados pelos gestores de metas do Tribunal e a área técnica para serem levados à Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário para avaliação das sugestões e o posicionamento do Tribunal acerca da

proposta de metas ao CNJ.

A presidente do Tribunal encerrou a audiência agradecendo a colaboração e participação de todos(as), e ressaltou a importância desse momento em que as metas futuras são construídas.

A reunião foi encerrada às 15h30.

Audiência registrada por Luciana von Söhsten

6. ASSINATURA DA ATA

| | Nome Atuação | Assinatura |
|---|--|---------------------------------|
| 1 | Adriana Satou Lessa ferreira Pinheiro Magistrada Gestora de Metas do TRT-6 | <i>Assinado eletronicamente</i> |
| 2 | Luciana de Moraes Hazin Diretora da Secretaria de Governança e Gestão Estratégica | <i>Assinado eletronicamente</i> |
| 3 | Luiz Eduardo Moura de Oliveira Coordenador de Estatística e Pesquisa | <i>Assinado eletronicamente</i> |